

EDITORIAL

A segunda edição da Revista Jurídica do ano de 2014 tem como principal finalidade destacar o avanço de nossas relações acadêmicas e institucionais para um projeto de desenvolvimento social e econômico, refletido no espaço acadêmico, para além dos horizontes locais, contando com a colaboração de autores de diversos cantos do mundo.

Depois das passeatas de Julho de 2013 o mundo volta a discutir as raízes dos projetos democráticos ocidentais e a eficiência e efetividade da Democracia Representativa. Abre-se espaço para discussão da Democracia Deliberativa. Nessa nova onda de reflexão, abrimos a atual edição.

As professoras da Universidade Francesa Picardie, em Amiens – França, Doutoradas Myrian Bachir e Virginie Bussat, no artigo denominado *Retour sur la place du sens dans l'action publique la demarche cognitive appliquee aux politiques de l'elite du welfare en france: tensions entre role social de l'état et politiques liberales – 1980-2000* (de volta ao lugar de sentido na ação política aplicada a uma abordagem cognitiva da elite política de bem-estar na França: tensões entre papel social de estado e políticas liberais – 1980-2000) problematizam as crises do neoliberalismo e a governança sob a ideologia do Estado Gerencialista a partir da retomada do Estado e Políticas de Bem Estar sob a perspectiva da Democracia Deliberativa.

A pesquisadora da Università “Magna Graecia”, Itália, Dra. Natalina Stamile, em seu artigo “La Ragionevolezza Nella Giustizia Costituzionale Italiana: un Riflesso Della Ragionevolezza Nel Diritto”, trata do papel decisivo da razoabilidade nas decisões judiciais e sobretudo na apreciação do equilíbrio entre os princípios e valores fundamentais que colidem ou divergem entre si.

O Prof. Dr. Jesús Lahera Forteza, da Universidade de Madrid, Espanha, apresenta artigo intitulado “El Impacto Del Teletrabajo En El Derecho Del Trabajo A La Luz De La Nueva Regulación Española”, cujo objetivo é investigar os desafios trazidos pelas novas legislações específicas de teletrabalho e suas consequências no mundo do trabalho e da regulamentação laboral ocidental, em especial dos países latinos.

O Prof. Dr. Eder Dion de Paula Costa da Universidade Federal do Pampa e a Especialista Simonne Cristine Graf, no artigo que ora apresentam, cumprem a tarefa de refletir sobre o “Os Desafios e Perspectivas Do Estado No Cumprimento do Dever De Prestação De Serviços De Saúde”, a partir de estudo sobre a responsabilidade civil do ente estatal quanto à prestação dos serviços de saúde pública enquanto direito fundamental de todo cidadão.

A Professora Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Ingrid Zanella Andrade Campos e o Mestrando em Direito

Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Clarindo Epaminondas de Sá Neto, no artigo “O Conflito Internacional Entre Bolívia e Chile: O Direito Internacional De Acesso Ao Mar”, analisam as origens do conflito territorial entre Bolívia e Chile, desde uma perspectiva histórica até uma abordagem internacionalista.

A Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Burgos, Espanha, Marli Marlene Moraes da Costa e o Acadêmico do Curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Rodrigo Cristiano Diehl, no artigo “Em Busca Do Vale Encantado Na Era Da Globalização: O Papel Das Políticas Públicas Na Consolidação Da Cidadania”, examinam os impactos da globalização na concretização dos direitos de cidadania nos tempos atuais.

O Professor Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e Doutorando em Direito Público pela Università degli Studi di Perugia, Itália, Marcio Ricardo Staffen e o Pós Doutor Zenildo Bodnar, no artigo “A Impugnação de Julgados e o Dever Constitucional de Motivar as Decisões no Microsistema Dos Juizados Especiais Federais”, apresentam críticas ao modelo de impugnação de julgados instalado em sede de Juizados Especiais Federais à luz do dever constitucional de motivação das decisões judiciais.

O Pós-Doutor em Estudos Culturais junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná, Eduardo Biacchi Gomes e o Professor Doutor Luís Alexandre Carta Winter, no artigo “Contratos Internacionais e Arbitragem: O Direito Fundamental à Liberdade das partes na escolha da lei a ser aplicável nas relações privadas”, apontam para a arbitragem como instituto que consagra o princípio da autonomia da vontade das partes dentro do Direito Internacional Econômico.

A Mestranda em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra, Gabriela Carolina Gomes Segarra, em seu artigo “Um Olhar Mais Constitucional para o Imbróglio da Responsabilidade Penal das Pessoas Coletivas: A Problemática do Princípio da Culpabilidade”, examina os argumentos contrários à responsabilização penal das pessoas coletivas, notadamente a aplicação do princípio da culpabilidade e o princípio da personalidade neste tipo de responsabilização.

A Mestre e Pesquisadora Daniele Prates Pereira e o Acadêmico de Direito da Unioeste, Rômulo Marcelo Pinzan, no artigo “Direito à Cultura: A Necessidade de Compreensão Conceitual Jurídica para sua Garantia e Implementação Através de Políticas Públicas”, realizam estudo sobre as proximidades e distâncias entre o conceito antropológico e sociológico de cultura e o conceito constitucional dos direitos culturais e à cultura.

A Aluna especial do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Christiane Cruvinel Queiroz, em seu artigo “A Proteção da União Estável Putativa nos Regimes Previdenciários Públicos”, examina a problemática do benefício previdenciário de pensão por

morte devida ao companheiro do segurado falecido na hipótese de união estável putativa, no âmbito dos regimes geral e próprios de Previdência Social.

O Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí, Joaquim Antonio Almeida Carmo, em seu artigo “Estado e Relações – Relações e Estado. O Estado e Suas Relações Horizontais ou ‘Consigo Mesmo’”, realiza estudo sobre as relações do Estado com as pessoas que o controlam em caráter funcional.

A Mestre em Direito pelo Cesumar Sarila Hali Kloster Lopes, em seu artigo “A possibilidade de o filho adotivo demandar reconhecimento de sua origem genética e as implicações quanto ao seu nome como direito de identidade e da personalidade”, examina o impasse entre a possibilidade de inclusão do sobrenome da família biológica em casos de filhos adotivos.

O Mestrando em Direitos Fundamentais e Democracia pela Unibrasil, Dicesar Beches Vieira Junior, no artigo “As Transformações do (Direito do) Trabalho sob a ótica do Estado Liberal e o Estado Neoliberal”, analisa o exercício do trabalho dentro de uma ótica histórica-sociológica, suas conquistas e retrocessos, dentro da noção de estados liberais e neoliberais.

A Professora Doutora Cinthia O. A. Freitas e o Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC-Paraná, Charles Emmanuel Parchen, no artigo “O Caso B2W: Comércio Eletrônico e Consumo”, discorrem sobre o comércio eletrônico e a relação de consumo no contexto da sociedade tecnológica brasileira.

O Pesquisador e Docente do Mestrado em Direito do Centro Universitário Curitiba, José Edmilson de Souza Lima e a Doutora em Sociologia e Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná, Sandra Mara Maciel de Lima, apresentam o artigo “Contornos do Conhecimento Jurídico: A Cientificidade do Campo em Questão”, em que discorrem sobre os contornos do conhecimento jurídico e da cientificidade do campo.

O Professor Doutor Demetrius Nichele Macei e a Acadêmica do Curso de Direito pelo Centro Universitário Curitiba, Olivia Prolik Schuchovski, no artigo “*Stock Options*: Aspectos Polêmicos Quanto à Tributação no Campo das Contribuições Sociais e Implicações no IRPF”, investigam a figura das ações *stock options* dentro do ordenamento jurídico brasileiro e as implicações tributárias da sua utilização no que tange às Contribuições Sociais e o Imposto de Renda Pessoa Física.

O Doutorando em História Universidade Federal do Paraná, Jonas Wilson Pegoraro, em seu artigo “Oficiais a Serviço do Império Português: A Estrutura Jurídico-Administrativa Lusitana no Século XVIII”, investiga

areconstituição do aparato jurídico-administrativo da Coroa Lusitana durante o século XVIII.

A Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Paraná, Maria da Glória Colucci e o Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP, Miguel Kfourri Neto, no artigo “Biotecnologia e Sustentabilidade Energética: Construindo o Diálogo pela Sobrevivência Comum”, analisam a aparente oposição entre Biotecnologia e Sustentabilidade.

O Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná e Juiz Titular do Trabalho, Eduardo Milléo Baracat, em seu artigo “A Criminalização do Salário ‘Por Fora’ e o Papel do Juiz do Trabalho”, trata sobre as implicações jurídicas da prática do salário “por fora”.

Por fim a mestranda do UNICURITIBA Marcella Gomes de Oliveira e o Professor Doutor Paulo Ricardo Opuszka, Professor do Programa de Mestrado da referida Instituição, em reflexão sob o título “Direito e atividade econômica: uma análise interdisciplinar sobre a intervenção estatal”, tem como objetivo analisar a relação entre o Direito e a atividade econômica, percebendo a relação se exprime por meio do poder, em específico o poder interventivo, enquanto um modo de compreensão do que se denomina desenvolvimento em face da sociedade moderna. A metodologia utilizada será da observação do real concreto nas relações e a posterior análise do conteúdo teórico, fundamentos da práxis na perspectiva dialética, utilizando como marcos teóricos CHESNAIS e HONNETH e referências nacionais DALLARI, SARLET e GABARDO a partir de suas perspectivas de análise jurídica e econômica.

Os desafios somam-se a construção de um Programa de Pós-Graduação integrado com as demandas sociais. Um Programa que reúne Direito Empresarial e Cidadania contribui para promover o desenvolvimento integrado, econômico e social ao mesmo tempo em que se preocupa com o desenvolvimento humano sustentável.

Editores

Dr. Paulo Ricardo Opuszka

Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr